

1           **ATA DA 66ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**  
2           **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAOPEBA, REALIZADA EM 19 DE**  
3           **MARÇO DE 2025**

4    Aos dias 19 de março de 2025, os conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica  
5    do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) reuniram-se para a realização da 66ª  
6    Reunião Ordinária do CBH do Rio Paraopeba, no Plenário Isaías de Barros  
7    Abreu da sede do comitê, localizada na rua Inconfidência, 254, Centro, Betim.

8    **Conselheiros presentes:** Maria Letícia Rabelo Alves Patrus – CPRM, Maria de  
9    Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Lauro Batista Tuler – IEF, Fúlvio Rodriguez  
10   Simão – EPAMIG, Fernanda Cristina Ferreira Lobo – ARMBH, Luciane Linces  
11   dos Santos - ARSAE-MG, Viviane Das Graças Rodrigues Pires - Município de  
12   Ouro Preto, Natália de Vasconcelos Soares Aleixo - Município De Jeceaba,  
13   Pedro Americo Batista De Oliveira - Município de Igarapé, Rislaine Dias Pereira  
14   - Município de Papagaios, Breno Henrique Da Silva Ramos - Município de  
15   Pompéu, Alex de Menezes - Município de Ibirité, Bianca da Silva Paulino -  
16   Instituto Inhotim, Alessandro de Oliveira Palhares – COPASA, Paulo Henrique  
17   De Souza Lino - Sindicato Dos Produtores Rurais De Pompéu, Priscila  
18   Gonçalves Couto Sette Moreira – FIEMG, Andréa De Oliveira - CSN Mineração  
19   S.A., Alison Frederico Medeiros Ferreira - Gerdau Açominas, Gabriel Maciel dos  
20   Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva Oliveira –  
21   FAEMG, Vanessa Cardoso Buzzi - Vale S.A., Gabriela Andersen Leo Pereira –  
22   Sindiextra, Liliane Cristina De Almeida - Mineração São José Da Lagoa Ltda,  
23   José Antônio da Cunha Melo – ABES, Naiara Dias de Barros - CRBIO-04,  
24   Adilson Ramos de Souza – SINDÁGUA, Leonardo Gomes Lara - Associação  
25   Promutuca, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio, Vladmir  
26   Araújo – IHMBio e Altino Rodrigues Neto - Instituto Ibi Auá. **Participaram**  
27   **também:** Sâmela Bitencourt – Agência Peixe Vivo (APV), Jaqueline Fonseca –  
28   APV, Rayssa Baleeiro Ribeiro – APV, Daniel Brito – APV, Luciana Silva – APV,  
29   Ricardo Augusto Silva, Flaner Fantoni Bergo – Rede de Atingidos da Região 03,  
30   Libério Aparecido de Abreu – CODEMA de Papagaios, Victor Augusto  
31   Vasconcelos – Município de Jeceaba Alison Frederico M. Ferreira, Ana Alice  
32   Tanuri Hermidorff – Rede de Atingidos da Região 3, Athadeu Ferreira –  
33   Codevasf, José Vivaldo – Codevasf, Thales Fabiano Assis – Codevasf, Renan  
34   S. Campos, José Amarildo de Souza, Rafaela Vieira Barbosa, Melissa Barroso,  
35   Anderson Rabello – Codevasf. **Pauta: 1. Abertura da sessão e verificação de**

36   **quórum. 2. Apresentação, discussão e votação da minuta de ata da 41ª**  
37   **Reunião Extraordinária, realizada em 16 de janeiro de 2025. 3. Informes: 3.1.**  
38   **1ª Reunião do Conselho Latino-americano da Água; 3.2. Reuniões com**  
39   **Ministério das Cidades, Senado Federal, Funasa e Codevasf realizadas em**  
40   **Brasília, entre os dias 10 e 14/02/2025; 3.3. Reunião com 2ª Vara da Fazenda**  
41   **Pública sobre a atuação das Assessorias Técnicas Independentes no**  
42   **âmbito da Bacia do Rio Paraopeba; 3.4. Ofício nº 36/2025/GABPR/PRESI-**  
43   **FUNASA, referente ao retorno da Funasa sobre apoio na execução de**  
44   **ações para os municípios do CBH-Paraopeba. 4. Discussão e deliberação**  
45   **de moção para alteração do art. 3º do Decreto nº 40.398, de 28/05/1999, que**  
46   **"Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e dá outras**  
47   **providências". 5. Formação Grupo de Trabalho para organização do Fórum**  
48   **Águas do Paraopeba. 6. Formação do Grupo de Trabalho de**  
49   **Acompanhamento das Ações de Reparação aos atingidos pelo rompimento**

50 da Barragem de Brumadinho. 7. Apresentação do Diretor da Area de  
51 Desenvolvimento Territorial da CODEVASF sobre a possibilidade de  
52 trabalho em parceria com o CBH Paraopeba na recuperação da Bacia. 8.  
53 Tratamento de dados pessoais dos membros do CBH Rio Paraopeba. 9.  
54 Apresentação do “Relatório de Transição” (atividades Paraopeba). 10.  
55 Assuntos Gerais. 11. Encerramento. 1. Abertura da sessão e verificação de  
56 quórum. A reunião começa com a execução do hino nacional brasileiro. Após,  
57 o Presidente do CBH Paraopeba, o Sr. Heleno Maia Santos Marques do  
58 Nascimento, inicia a reunião, desejando boas-vindas e agradecendo a presença  
59 de todos e todas. O presidente verifica com a estagiária de Pós-graduação da  
60 Agência Peixe Vivo acerca do quórum, que no momento do início da reunião era  
61 de 21 conselheiros. Ao longo da reunião, o quórum chegou a 26 conselheiros. **2.**  
62 **Apresentação, discussão e votação da minuta de ata da 41ª Reunião**  
63 **Extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2025.** O presidente pergunta se  
64 todos receberam a ata da última reunião e, considerando as afirmações  
65 positivas, coloca para votação o documento. Dentre os presentes, os  
66 conselheiros Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda,  
67 Guilherme da Silva Oliveira – FAEMG, Gabriela Andersen Leo Pereira –  
68 Sindiextra, Adilson Ramos de Souza – SINDÁGUA, Paulo Henrique De Souza  
69 Lino - Sindicato Dos Produtores Rurais De Pompéu e Fernanda Cristina Ferreira  
70 Lobo – ARMBH manifestam abstenção ao voto, por não terem estado presentes  
71 na última reunião plenária, e os demais conselheiros votam pela aprovação.  
72 Sendo assim, a ata da 41ª Reunião Extraordinária do CBH Paraopeba é  
73 aprovada. **3. Informes. 3.1 1ª Reunião do Conselho Latino-americano da**  
74 **Água.** O presidente informa que o evento, que ocorreu em Buenos Aires, foi  
75 muito rico e que o CBH Paraopeba, na pessoa dele, recebeu espaço de fala para  
76 tratar sobre o evento do comitê “Fórum Águas do Paraopeba”. **3.2. Reuniões**  
77 **com Ministério das Cidades, Senado Federal, Funasa e Codevasf realizadas**  
78 **em Brasília, entre os dias 10 e 14/02/2025.** O presidente informa que esteve  
79 em Brasília para trazer, para o comitê e para a bacia, investimento federal em  
80 projetos, sendo: no Ministério das Cidades tratou especialmente sobre o  
81 enfrentamento da crise hídrica, haja vista a pouca quantidade de chuva que caiu  
82 no período chuvoso; no Senado Federal, informa que foi atrás de emendas  
83 parlamentares e que conseguiu uma emenda parlamentar, que está em  
84 andamento, para a aquisição de um carro 4x4 para o comitê; na Funasa, foi  
85 tratado sobre o investimento para o desenvolvimento de projetos de tratamento  
86 de esgotamento sanitário na área rural; e, com a Codevasf, tratou sobre a  
87 possibilidade de trabalho em parceria que será objeto de ponto de pauta  
88 específico na presente reunião. **3.3. Reunião com 2ª Vara da Fazenda Pública**  
89 **sobre a atuação das Assessorias Técnicas Independentes no âmbito da**  
90 **Bacia do Rio Paraopeba.** O Presidente relembra que todos foram  
91 surpreendidos, incluindo os membros de comitê e prefeitos, sobre o estudo que  
92 foi divulgado contendo dados de contaminação no alto da bacia do Paraopeba  
93 em cidades específicas como: Betim, Juatuba, Esmeralda, Florestal, Mateus  
94 Leme, Igarapé. O presidente diz que a divulgação trouxe grande preocupação  
95 pois não tinham qualquer conhecimento sobre os dados apresentados no estudo  
96 publicado pela Aedas em conjunto com várias universidades federais, como a  
97 UFOP e a Unicamp. Informa, também, que ligou para todos os reitores das  
98 universidades e nenhum reitor tinha conhecimento sobre o estudo. O presidente  
99 relembra que convidou para a plenária a Aedas mas que a instituição recusou

100 participação. O Sr. Heleno Maia diz, que diante disso, não viu alternativa a não  
101 ser procurar o juiz responsável pelo processo de reparação de Brumadinho para  
102 relatar a situação. Heleno finaliza dizendo que na reunião, que o conselheiro  
103 José Antônio também estava presente, o Juiz disse que a partir de agora  
104 determinaria para as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), que o convite  
105 para participar das reuniões plenárias do comitê tenham força de convocação e  
106 que as informações, referentes a contaminações, sejam divulgadas somente  
107 após o aval do comitê. Após pedir a palavra, o conselheiro José Antônio diz que  
108 o Juiz de Direito de Betim também acompanhou para dar suporte ao comitê nas  
109 tratativas. **3.4. Ofício nº 36/2025/GABPR/PRESI-FUNASA, referente ao**  
110 **retorno da Funasa sobre apoio na execução de ações para os municípios**  
111 **do CBH-Paraopeba.** O presidente pergunta se todos os presentes receberam o  
112 ofício e todos manifestaram que sim. Assim, o presidente diz que não há  
113 necessidade de tratar do teor do documento. **A seguir, o presidente informa**  
114 **da necessidade de inversão de ponto de pauta e inicia o ponto 9.**  
115 **Apresentação do “Relatório de Transição” (atividades Paraopeba).**  
116 Primeiramente, a Sra. Jaqueline Fonseca (Gerente de Projetos da Agência Peixe  
117 Vivo) agradece a inversão de pauta e justifica as ausências da Diretora Geral e  
118 da Gerente de Integração na reunião. Na sequência, informa que o “Relatório de  
119 Transição” seria apresentado por meio do *Report*, instrumento de comunicação  
120 elaborado pela APV para os comitês atendidos, que tem como objetivo realizar  
121 a divulgação bimestral dos principais projetos contratados para cada comitê. Em  
122 seguida, esclarece que, considerando o início do atendimento ao CBH  
123 Paraopeba, que não há projetos em andamento, mas que há muitas ações que  
124 estão sendo desenvolvidas desde quando a Agência Peixe Vivo assinou o  
125 contrato de gestão e assumiu a função de entidade equiparada do Comitê de  
126 Bacia do Paraopeba. Conforme dito pela Sra. Jaqueline Fonseca: *“O objetivo é*  
127 *mostrar para vocês um pouco do nosso esforço para atendimento. Parecem*  
128 *coisas simples, mas o pessoal que está aqui hoje da Peixe Vivo sabe como*  
129 *temos trabalhado de forma desdobrada para conseguir proporcionar o*  
130 *atendimento com a qualidade que a gente sabe que todos os comitês merecem*  
131 *e que a gente tem sempre desenvolvido no nosso trabalho junto aos comitês e*  
132 *a gente pretende fazer tudo o que é possível para manter essa qualidade de*  
133 *atendimento para o comitê do Paraopeba”*. Em seguida, o “Report de execução  
134 de projetos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba | Nº 01 | Março/2025” foi  
135 apresentado aos presentes contendo as seguintes seções e conteúdos: CAPA;  
136 SUMÁRIO; Apresentação, que informa que o documento é produzido em  
137 conjunto pelas Gerências de Integração e de Projetos da Agência Peixe Vivo  
138 (APV), o objetivo do mesmo e esclarece o que estará contido no documento  
139 (“Nesta primeira edição, você vai conferir de forma objetiva o andamento das  
140 demandas encaminhadas pelo Comitê à APV, desde o início dos  
141 encaminhamentos após a assinatura do Contrato de Gestão 002/2024,  
142 celebrado entre a Agência, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o  
143 CBH Paraopeba, no dia 31 de julho de 2024 até o mês de março de 2025”);  
144 BACIA DO RIO PARAÓPEBA, que contém uma breve caracterização da bacia  
145 hidrográfica, um mapa da mesma e lista os municípios que a compõem; CBH  
146 PARAÓPEBA, que apresenta uma descrição do comitê, informando a sua  
147 composição, ano e decreto de criação, finalidade e principais objetivos;  
148 AGÊNCIA PEIXE VIVO, breve descrição da entidade, comitês atendidos,  
149 contratos de gestão, e outras informações; CONCLUÍDOS, composto por 11

150 (onze) demandas demandas/projetos concluídos, contendo o objetivo, status e  
151 responsável da APV por cada um(a); EM ANDAMENTO, composto por 14  
152 (quatorze) e projetos em andamento com o respectivo objetivo, status e  
153 responsável da APV; EM BREVE, 4 (quatro) demandas/projetos futuros;  
154 EXPEDIENTE, contendo a Diretoria do CBH Paraopeba, a Diretoria Executiva  
155 da APV e o responsável pela produção, projeto gráfico e revisão final. Após a  
156 apresentação, abriu-se para perguntas. O Sr. Athadeu Araújo pediu a palavra  
157 para fazer duas perguntas. Na primeira pergunta, o Sr. Athadeu diz: *“alguém*  
158 *falou, que foi delegado ao comitê fazer a gestão de água da bacia ao comitê do*  
159 *Paraopeba, o que é essa gestão, pois quem faz a outorga é o Igam. O Igam faz*  
160 *a outorga, delega para o comitê fazer a gestão ou ele passa todo o processo*  
161 *para o comitê e o comitê já pode fazer a outorga, como é o processo?”* todo o  
162 procedimento?”. Em resposta, o Presidente do comitê esclareceu que o Igam  
163 realiza a análise dos pedidos de outorga e envia os pedidos de outorga dos  
164 empreendimentos de grande porte e potencial poluidor juntamente com os  
165 Relatórios Técnicos do órgão ambiental. Os pedidos são apreciados e  
166 deliberados pelo comitê após a análise de câmara técnica específica que realiza  
167 visita “in loco” e elabora parecer técnico. Em complementação, o Sr. Guilherme  
168 Oliveira, Secretário do CBH Paraopeba, disse que no decreto de criação do  
169 comitê consta que “Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
170 Paraopeba, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos  
171 Hídricos, com a finalidade de promover, no âmbito da gestão de recursos  
172 hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de  
173 investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional,  
174 visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia.”, e esclarece que a gestão do  
175 comitê é uma gestão complementar à do Igam. Em relação à segunda pergunta,  
176 o Sr. Athadeu Araújo diz: “você falou sobre o monitoramento da bacia, que tem  
177 seis microbacias que irão fazer (o monitoramento) pela área técnica, o que será  
178 monitorado? Quais indicadores serão monitorados?” (segunda pergunta). Em  
179 resposta, a Sra. Jacqueline Fonseca esclarece que são dois assuntos distintos,  
180 o primeiro é sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a  
181 implementação do Programa de Conservação e Produção de Água, que irá  
182 selecionar 06 (seis) microbacias, 02 (duas) em cada região da bacia (alto, médio  
183 e baixo), nas quais será elaborado, pela empresa contratada, Projetos de  
184 Intervenção por Propriedade (PIPs), nos quais serão levantados as intervenções  
185 necessárias de cada propriedade que propiciem o aumento da quantidade e a  
186 melhora da qualidade da água, que podem incluir o cercamento de nascentes,  
187 plantio de mudas, barraginhas e terraceamento, e outras intervenções para  
188 conter a erosão. O segundo assunto é relacionado ao monitoramento da  
189 qualidade da água na bacia do rio Paraopeba considerando o plano diretor da  
190 bacia. Ela esclarece que o Igam já faz o monitoramento em diversos pontos do  
191 estado, que inclui a bacia do Paraopeba, e que o plano identificou uma  
192 densidade de pontos de monitoramento que pode ser incrementada,  
193 especialmente, na região do Baixo Paraopeba. Esclarece que em atendimento  
194 ao plano, será realizado um estudo de como melhorar a rede de monitoramento  
195 já existente. Em relação aos parâmetros monitorados, ela esclarece que serão  
196 monitorados parâmetros físicos, químicos e biológicos que são geralmente  
197 investigados para fins de verificação da qualidade da água. Em relação ao  
198 monitoramento da quantidade da água, Jaqueline esclarece que há necessidade  
199 de aprimoramento dos parâmetros a serem medidos, que geralmente recebem

200 feedbacks positivos dos proprietários. Em complementação, a Sra. Rayssa  
201 Balieiro (Coordenadora Técnica da APV) informa que, para a bacia do  
202 Paraopeba, serão estudados os métodos para a aferição do aumento da  
203 quantidade de água, mas que em outras bacias o monitoramento é realizado  
204 com a medição da vazão a jusante das intervenções. O conselheiro Altino  
205 Rodrigues pediu a palavra e cita a experiência que tem no Comitê do São  
206 Francisco. O conselheiro informa que o comitê federal possui recursos para  
207 realizar o monitoramento que podem incluir a bacia do rio Paraopeba, entretanto  
208 carece de um modelo para atestar cientificamente o aumento da quantidade de  
209 água, conforme dito pela Jaqueline, e finaliza dizendo que é necessário avançar  
210 nesse assunto e que as parcerias com instituições experientes no tema podem  
211 ajudar. **4. Discussão e deliberação de moção para alteração do art. 3º do**  
212 **Decreto nº 40.398, de 28/05/1999, que "Institui o Comitê da Bacia**  
213 **Hidrográfica do Rio Paraopeba e dá outras providências".** O presidente  
214 contextualiza que no art. 3º, que trata sobre a composição do CBH Paraopeba,  
215 consta que a União terá 02 (dois) representantes na Plenária. Entretanto, o  
216 presidente relembra que várias instituições foram eleitas representantes do  
217 Poder Público Federal, como o IBAMA e ICMBio, mas devido à ausência nas  
218 reuniões acabaram sendo desligados, o que ocasiona vacância de  
219 representação. Além disso, o presidente diz que o CBH Paraopeba é o único  
220 comitê estadual que possui representação do Poder Público Federal. A  
221 Estagiária da APV relembra que atualmente a representação da União é  
222 realizada pela CPRM e a outra cadeira está vaga, e informa que a CPRM está  
223 presente na reunião. O Presidente pede que a conselheira Maria de Lourdes  
224 (IGAM) contribua com a contextualização. A Sra. Maria de Lourdes contextualiza  
225 que, em todas as gestões, tem-se grande dificuldade de participação do Poder  
226 Público Federal nas reuniões do CBH Paraopeba, que compromete o quórum e  
227 a aprovação das deliberações. A conselheira diz, também, que o último processo  
228 eleitoral foi prorrogado por várias vezes devido à dificuldade de inscrição de  
229 instituições federais para compor o comitê. Diante disso, a Sra. Maria de  
230 Lourdes esclarece que o ponto de pauta propõe a alteração do Decreto de  
231 Criação do Comitê, com a retirada da União e a redistribuição das vagas entre  
232 os Poderes Públicos Estadual e Municipal, que ficariam, cada um com 09 (nove)  
233 vagas de representação. Além disso, explica que para realizar a alteração do  
234 decreto é necessária uma moção do comitê e, caso a moção seja aprovada, o  
235 Igam formalizará o processo de alteração do decreto à Controladoria do Estado  
236 e, depois, o decreto com a proposta de atualização será enviado ao Governador  
237 para aprovação e publicação. O Diretor da Codevasf, convidado da reunião,  
238 sugere que o comitê delibere pela manutenção da representação do Poder  
239 Público Federal e manifesta que a Codevasf possui interesse em compor o  
240 comitê. Em seguida, a conselheira Letícia (Serviço Geológico Brasileiro, antiga  
241 CPRM) pede a palavra e diz: *"O Serviço Geológico do Brasil atua em todas as*  
242 *regionais na bacia do rio São Francisco, como o Velhas e o Paraopeba, e no rio*  
243 *Doce. Nós temos sistemas de alerta que faz o monitoramento na Rede*  
244 *Hidrometeorológica Nacional. Nós temos vários pontos de monitoramento na*  
245 *bacia do rio Paraopeba. Nós fizemos, no período do acidente de Brumadinho, o*  
246 *monitoramento intenso da bacia que foi disponibilizado para todo o público. Nós*  
247 *temos todo o interesse em continuar no comitê e gostaríamos de ter nossa*  
248 *participação em outros comitês da bacia (do rio São Francisco). Muitas vezes,*  
249 *nós não podemos participar por questão logística mesmo. Empresa Pública*

250 *federal é difícil de conseguir deslocamento até Betim e a gente depende disso.*  
251 *Não foi falta de zelo, mas sim falta de transporte. Nós não temos um carro para*  
252 *nos trazer e isso dificulta. Inclusive já pedimos várias vezes que tivesse mais*  
253 *reuniões virtuais, mas infelizmente parece que o pessoal gosta da reunião*  
254 *presencial, que é melhor mesmo, mas nós temos essa dificuldade”. Em resposta,*  
255 *o Presidente informa que o comitê possui o sistema de diárias e, se o CPRM,*  
256 *possui dificuldade para se deslocar para participar das reuniões, pode enviar e-*  
257 *mail informando da dificuldade e solicitando a concessão de diárias. A*  
258 *conselheira da CPRM pede novamente a palavra e traz ao conhecimento de*  
259 *todos a situação de inativação de pontos monitorados pela CPRM (com série*  
260 *histórica de 40 anos), que inclui a bacia do Paraopeba em pelo menos 01 (um)*  
261 *ponto na bacia do Paraopeba. O conselheiro José Antônio (ABES) sugere que a*  
262 *vaga do poder público federal seja ocupada por um conselheiro do poder público*  
263 *federal do comitê de bacia do rio São Francisco. Considerando a manifestação*  
264 *de interesse da CPRM em continuar no comitê a o interesse da Codevasf em*  
265 *compor a outra vaga da União, o conselheiro Gabriel Reis (Ardósias Figueiredo*  
266 *& Almeida Ltda) sugere que seja avaliado, a partir de agora, como será a*  
267 *participação do poder público federal e, se a dificuldade de participação*  
268 *permanecer, que a moção volte a ser objeto de deliberação. O conselheiro Altino*  
269 *Rodrigues (Instituto Ibi Auá) diz que, a presença da CPRM hoje e o interesse da*  
270 *Codevasf em compor o comitê, demonstra motivação e compromisso de*  
271 *participação do Poder Público Federal e sugere que o encaminhamento deve ser*  
272 *por tirar essa pauta. Referente ao interesse da Codevasf, a conselheira do Iggam*  
273 *esclarece que, conforme regimento interno, caso tenha vaga vacante e não*  
274 *tenha outras entidades eleitas para assumir a vacância, o Iggam deverá realizar*  
275 *“Processo Eleitoral Complementar”. Sobre o processo eleitoral complementar, a*  
276 *conselheira informa que o processo será realizado para todos os comitês*  
277 *estaduais e, no edital, irá constar o segmento com vaga vacante ou a*  
278 *composição de lista de espera, para os comitês com vacância e sem vacância,*  
279 *respectivamente. A conselheira informa, ainda, que caso tenha mais de uma*  
280 *entidade, o segmento que possui vaga vacante irá se reunir para decidir a ordem*  
281 *para ocupar a vacância. A conselheira ressalta que todo o processo será*  
282 *acompanhado pela comissão eleitoral do comitê e pelo Iggam. A Sra. Maria de*  
283 *Lourdes diz, também, que o processo eleitoral complementar será aberto ainda*  
284 *em abril e, caso o comitê defina pela retirada dessa moção, a Codevasf e outras*  
285 *entidades da União poderão se inscrever. Além disso, Maria de Lourdes diz que*  
286 *a CPRM não foi desligada do comitê pois o processo de desligamento não foi*  
287 *instaurado e, caso a moção seja aprovada e o decreto seja alterado, o*  
288 *desligamento seria para a próxima gestão e ressalta que o desejo do Iggam é pela*  
289 *permanência do Poder Público Federal. Após discussão, a plenária decide por*  
290 *retirar a moção de votação e, caso seja verificada dificuldade de comparecimento*  
291 *nas reuniões pelo poder público federal, a moção será pautada novamente. 5.*  
292 **Formação Grupo de Trabalho para organização do Fórum Águas do**  
293 **Paraopeba.** Com a minuta de deliberação em tela, o presidente do CBH  
294 Paraopeba informa que nos dias 25 a 27 de julho será realizado o “Fórum Águas  
295 do Paraopeba” e, dessa forma, o “Grupo de Trabalho (GT) Fórum Águas do  
296 Paraopeba” será formado com vistas a organização do evento. Além disso,  
297 informa também que compete ao GT definir o escopo e auxiliar na organização  
298 do evento e que sua duração será até o encerramento do evento. Após a leitura  
299 da minuta, o presidente pergunta se algum conselheiro tem alguma contribuição

300 ou solicitação de alteração ao texto da minuta da deliberação e os presentes  
301 afirmam que concordam com o texto como está. A seguir, o presidente solicita a  
302 indicação de 02 (dois) representantes de cada segmento para compor o grupo.  
303 Após as indicações, o plenário aprova a deliberação de criação do “GT Fórum  
304 Águas do Paraopeba”, que é composto pelos representantes: do Poder Público,  
305 Município de Ouro Preto (Viviane Das Graças Rodrigues Pires) e ARMBH  
306 (Fernanda Cristina Ferreira Lobo); dos Usuários de Recursos Hídricos, Ardósias  
307 Figueiredo & Almeida Ltda (Gabriel Maciel dos Reis) e Sindiextra (Gabriela  
308 Andersen Leo Pereira); e de Entidades da Sociedade Civil, Associação  
309 Promutuca (Leonardo Gomes Lara) e CEFET MG (Arnaldo Freitas de Oliveira  
310 Junior). **6. Formação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Ações  
311 de Reparação aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Brumadinho.**  
312 Com a minuta de deliberação em tela, o presidente do CBH Paraopeba  
313 contextualiza que o “Grupo de Trabalho (GT) de Acompanhamento das Ações  
314 de Reparação aos Atingidos pelo rompimento da Barragem de Brumadinho” será  
315 criado com vistas a acompanhar os atendimentos que a VALE está prestando  
316 aos produtores rurais atingidos. Em seguida, o Presidente solicita a indicação de  
317 01 (um) representante de cada segmento para compor o grupo. Referente ao  
318 segmento de usuários, pergunta se é de interesse da Vale participar. Nesse  
319 momento, a Sra. Vanessa Buzzi (Vale S/A) se pronuncia dizendo que,  
320 considerando o objetivo do grupo, a instituição não deve compor o mesmo, para  
321 não comprometer o objetivo do GT, mas sim atuar de acordo com as demandas  
322 do GT, como no fornecimento de informações. Referente às competências, a  
323 Estagiária de Pós-Graduação da APV relembra que a minuta enviada não  
324 contém as competências do GT pois ficou acordado de inserir a contribuição na  
325 presente reunião. Após discussão, a competência de acompanhar e avaliar a  
326 efetividade das ações junto aos produtores rurais é inserida na minuta para  
327 votação do plenário. Após as indicações, o plenário aprova, por unanimidade, a  
328 deliberação de criação do “Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Ações  
329 de Reparação aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Brumadinho”  
330 composto pelos representantes: do Poder Público, EPAMIG (Fúlvio Rodriguez  
331 Simão); dos Usuários de Recursos Hídricos, Sindicato Dos Produtores Rurais  
332 De Pompéu (Paulo Henrique de Souza Lino); e, de Entidade da Sociedade Civil,  
333 ABES (José Antonio da Cunha Melo). A Sra. Ana Alice Tanuri (Mesa  
334 Coordenadora da Rede de Atingidos da Região 3), pede a palavra e diz que a  
335 “Rede de Atingidos R3”, que representa a região de atingidos de 10 municípios  
336 da calha do rio Paraopeba, fez questão de estar na reunião, em nome de todas  
337 as 05 (cinco) redes de atingidos, devido à importância da pauta e para solicitar  
338 que representantes da Rede de Atingidos de todas as regiões façam parte, se  
339 possível, do grupo de trabalho. A Sra. Ana Alice Tanuri esclarece que o recurso  
340 da reparação já foi pago pela Vale, mas existe também o recurso socioambiental,  
341 que não tem teto e que diz respeito à reparação do rio e das terras que estão à  
342 beira do rio, ou seja, reparação para os proprietários rurais e comunidades  
343 ribeirinhas que moram nas margens do rio Paraopeba. A Sra. Alice Tanuri,  
344 acrescenta que a solicitação de participação de representantes da Rede de  
345 Atingidos é objeto do ofício entregue hoje. Na sequência, a Sra. Flaner Fantoni  
346 Bergo, do Terreiro de Matriz Africaba “Nzo Atim Kimbé Loyá”, se apresenta como  
347 representante dos povos de terreiro de matriz africana e de comunidades  
348 tradicionais da bacia do Paraopeba e diz que está na reunião juntamente com a  
349 Rede de Atingidos. Em sua fala, A Sra. Flaner Fatoni diz: “muito importante que

350 vocês abram para nós uma participação dentro desse nosso trabalho porque o  
351 nosso povo é um povo resistente, mas não se reconhece o nosso povo. A nossa  
352 cultura faz parte das águas, das cachoeiras, das nossas florestas, do ar que nós  
353 respiramos, ou seja, dos nossos bens materiais. Portanto, eu gostaria de saber  
354 de vocês se dentro desse comitê existe um mapeamento dos povos de terreiro,  
355 dos povos tradicionais existentes na bacia do Paraopeba”. Em seguida, o Sr.  
356 José Maria de Souza, Ribeirinho de Florestal, diz: “eu estou no processo da  
357 reparação desde o primeiro dia do rompimento. Então, nós lutamos por essa  
358 reparação. Nesse momento, esse comitê passa a ter uma importância muito  
359 grande uma vez que as assessorias técnicas independente já estão no processo  
360 de desmanche, já estão finalizando o seu período. Isso já estava previsto no  
361 acordo. Com a saída das ATIs, nós do grupo Rede já somos um grupo  
362 organizado e estamos preparados para continuar na luta pela reparação. Mas é  
363 importante descansar, que com a saída das ATIs esse comitê passa a ter uma  
364 importância muito forte dentro do processo da reparação, que ainda não chegou  
365 às pessoas que realmente são atingidas... as pessoas que estão na margem dos  
366 rios, as pessoas que dependem desse antes chamado auxílio emergencial que  
367 hoje foi transformado em PTE, que já caiu pela metade e está com os dias  
368 contados. Daqui um ano acaba esse benefício. Eu gostaria de dizer que nós  
369 gostaríamos de que pelo menos um atingido de cada região pudesse fazer parte  
370 desse comitê, como, por exemplo, da Região 2 (Betim e Ubatuba), da Região 3  
371 (que tem 10 municípios começando em Florestal até Paraopeba). Pessoalmente,  
372 eu gostaria de solicitar, se o assunto é meio ambiente, se o assunto é reparação,  
373 que os atingidos façam parte desse grupo, pelo menos um atingido  
374 representante de cada região dentre as cinco regiões atingidas. Muito obrigado”.

375 Finalizando o momento de fala dos representantes da Rede de Atingidos da Região  
376 03, o Sr. Ricardo Augusto Silva (Rede de Atingidos Região 3), cumprimenta a  
377 presidência e a todos e todas presentes, endossa o pedido dos outros  
378 representantes dos atingidos e destaca a importância fundamental do comitê  
379 para a conservação das águas. Em seguida, o presidente do comitê esclarece  
380 que, por se tratar de uma instância do comitê, o Grupo de Trabalho é composto  
381 somente por conselheiros do plenário e garante que os atingidos serão ouvidos  
382 pela presidência do comitê, incluindo os atingidos representantes de povos  
383 indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Além disso,  
384 o presidente diz que tem ido em cada comunidade de atingidos e, que se Deus  
385 quiser, irá conseguir visitar todos até o final de seu mandato. Em seguida, o  
386 conselheiro Altino Rodrigues parabeniza o presidente, por abrir o espaço e dar  
387 oportunidade para os atingidos se manifestarem, reconhece como legítimo o  
388 descontentamento dos atingidos com o atendimento da Vale, reforça a  
389 importância dos atingidos serem ouvidos, dá as boas-vindas para os atingidos  
390 ao comitê do Paraopeba e se coloca à disposição para que possam trabalhar,  
391 em especial, sobre o recurso socioambiental que é diretamente ligado ao comitê.  
392 O conselheiro ainda relata que, recentemente, participou de uma visita a uma  
393 área quente em Brumadinho, que ficou surpreso com o imenso trabalho que está  
394 sendo ali e diz que isso precisa avançar para além daquele território. Em relação  
395 ao socioambiental, pensando na terceirização e outros aspectos a serem  
396 mensurados, Altino diz que, pensando em terceirização e outros aspectos a serem  
397 mensurados, o comitê precisa sim se preocupar e pensar em um monitoramento  
398 em toda bacia, em níveis específicos, para se ter um monitoramento adequado,  
399 pois a falta de dados prejudica a comprovação de uma relação causal de uma



400 determinada atividade. Por fim, finaliza a sua fala dizendo que é dever do CBH  
401 Paraopeba acompanhar isso e buscar parceria junto a SEMAD e a Vale para que  
402 tenhamos sérias históricas para poder comparar e mitigar os efeitos dessa  
403 grande tragédia. **7. Apresentação do Diretor da Área de Desenvolvimento**  
404 **Territorial da CODEVASF sobre a possibilidade de trabalho em parceria**  
405 **com o CBH Paraopeba na recuperação da Bacia.** O presidente Heleno Maia  
406 convida o Diretor da Codevasf, o Sr. Vivaldo Mendonça, para realizar sua  
407 apresentação. O Sr. Vivaldo Mendonça diz que é uma alegria estar presente na  
408 reunião e agradece o convite ao presidente do comitê. Vivaldo fala sobre a  
409 dificuldade de dialogar interministerialmente e dentro das estruturas, mesmo  
410 estando em Brasília, e entende a dificuldade que é para os comitês locais  
411 realizarem tal diálogo. Considerando isso, o convidado diz que Codevasf pode  
412 trazer a sua capacidade de interlocução em Brasília para viabilizar as parcerias  
413 dos comitês locais ou regionalizados. Em seguida, o Sr. Vivaldo cita várias  
414 iniciativas e projetos realizados ou viabilizados pela Codevasf em parceria com  
415 os comitês de sua área de atuação, como o Comitê do São Francisco: a  
416 aproximação da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (Ministério da  
417 Integração e Desenvolvimento Regional) aos comitês que, com a privatização do  
418 Sistema Eletrobrás, teve como resultado a aprovação de um recurso de 10 anos  
419 que a cada ano irá investir 560 bilhões de reais na revitalização da Bacia do Rio  
420 São Francisco e do Parnaíba; a aprovação de uma carteira de 100 milhões de  
421 reais em recuperação hidroambiental no Alto São Francisco, que está em fase  
422 de contratação e a execução irá iniciar em junho; a Codevasf e os comitês em  
423 sua área de atuação conseguiram retomar todos os projetos de esgotamento  
424 sanitário que estavam paralisados, que corresponde a 6 milhões de reais  
425 investidos em obras que serão retomadas e concluídas; na gestão de resíduos,  
426 a Codevasf tem apoiado os municípios na formação de consórcios e em  
427 equipamentos para deslocamento de resíduos coletados. Vivaldo mostra o mapa  
428 do Alto São Francisco, em Minas Gerais, na área de atuação da CODEVASF,  
429 que mostra a bacia do Paraopeba juntamente com as bacias hidrográficas dos  
430 afluentes do Alto São Francisco e dos rios das Velhas e Pará, e fala sobre o  
431 projeto de promoção de Segurança Hídrica para a acumulação de água, que está  
432 em fase de atualização com a elaboração de estudo de viabilidade técnica,  
433 econômica e ambiental, e tem a previsão de construção de 5 (cinco) barramentos  
434 na bacia do rio São Francisco, incluindo 3 (três) na bacia do rio Paracatu, 1 (uma)  
435 na bacia do rio das Velhas e 1 (uma) na bacia do Urucuia. Vivaldo cita outros  
436 projetos realizados pela Codevasf, em sua área de atuação. O Diretor da  
437 Codevasf diz que é importante trazer para dentro do comitê a discussão de  
438 inclusão da agenda da inclusão socioprodutiva, porque quando se fala em frear  
439 o processo de degradação está se falando em dar uma alternativa econômica  
440 que a agenda de enfrentamento à degradação está vinculada. Diz, também, que  
441 a Codevasf também atua, através da Gerência de Desenvolvimento Territorial,  
442 na promoção de atividades sustentáveis e fortalecendo economias urbanas e  
443 rurais, como na produção de mel, leite, cana-de-açúcar, atividades que envolvem  
444 ecoturismo, que envolvem a economia circular. Nas palavras do Sr. Vivaldo: “a  
445 Codevasf busca recurso e pode ser parceiro de execução em conjunto com  
446 diversos segmentos aqui representados, incluindo a agenda da integração com  
447 a pesquisa nas universidades e institutos federais”. O Sr. Vivaldo Mendonça cita  
448 a questão colocada de ter a Peixe Vivo, como um parceiro de execução futura  
449 de projetos, cita a missão da Codevasf “Promover o desenvolvimento regional

450 de forma integrada e sustentável nas bacias hidrográficas, contribuindo para a  
451 redução das desigualdades” e diz que, nesse sentido, a instituição tem um leque  
452 de grande de oportunidades/possibilidades, tem um centro de produção de  
453 peixes nativos para o repovoamento das bacias hidrográficas. Vivaldo finaliza  
454 sua fala dizendo: “No mais, a minha vinda aqui hoje é no sentido também de  
455 consolidar essa relação, representando a Diretoria da Codevasf e a missão da  
456 instituição é estar em toda a sua área de atuação. Coloco-me a disposição para  
457 estar dialogando, não tenho dificuldade em lidar com divergência, com cobrança,  
458 acho que dessa forma conseguimos evoluir nessa nossa. A mesa de diálogo é  
459 permanente, não é só física, é virtual. Precisamos construir isso juntos e daqui a  
460 pouco teremos muito a comemorar.” A Sra. Jacqueline Fonseca, diz que a  
461 Agência Peixe Vivo está aberta para estreitar essa relação e dialogar para  
462 entender quais são os caminhos a percorrer para a obtenção dos recursos, que  
463 somará às ações realizadas nas bacias que podem ser atendidas, incluindo a  
464 Bacia do rio Paraopeba. A Gerente de Projetos da APV e finaliza dizendo que  
465 enxerga como importante a parceria com a Codevasf para o investimento de  
466 recurso nas bacias hidrográficas e para implementar a missão da APV: “Atuamos  
467 de forma integrada com os demais entes do Sistema Nacional de Recursos  
468 Hídricos contribuindo com a melhoria da quantidade e qualidade das águas nas  
469 bacias hidrográficas brasileiras”. Em seguida, Athadeu Ferreira pontua sobre a  
470 importância de conhecer os projetos do comitê do CBH Paraopeba para não  
471 propor algum projeto que já esteja sendo feito, pois é importante somar, mas  
472 tendo-se cuidado para não sobrepor recursos. Além disso, Athadeu levanta a  
473 questão sobre a legislação que trata sobre pesca em lagoas marginais, pois  
474 sabe-se que são criadouros naturais de peixes, mas há quem diga que não é  
475 permitido pescar nessas lagoas ou pode pescar, mas não no tempo de defeso.  
476 Além disso, Athadeu diz que as comunidades tradicionais e pescadores pescam  
477 nas lagoas marginais e pontua que é necessário avançar nessa questão, e  
478 finaliza com a pergunta: “Como a gente planeja, apresenta proposta de projetos,  
479 que levam em conta nesse sentido?”. O Sr. Guilherme Oliveira diz que é  
480 importantíssima a aproximação do comitê com a Codevasf, ver a atuação da  
481 instituição na bacia e que, particularmente, fica feliz com a intenção da instituição  
482 em fazer parte do comitê do Paraopeba. Além disso, pontua que acha importante  
483 que as ações estejam alinhadas com o Plano Diretor da Bacia, que é um plano  
484 recente, que quando estava sendo finalizado aconteceu o rompimento da  
485 barragem e o grupo de trabalho de acompanhamento técnico solicitou um  
486 adendo tratando sobre a situação. O Secretário do CBH finaliza dizendo que a  
487 questão levantada pelo Sr. Athadeu, referente a não sobreposição de recursos,  
488 é importante mas deve observar, sempre que possível, as prioridades do plano.  
489 A Sra. Maria de Lourdes é chamada para responder à pergunta de Athadeu. Ao  
490 verificar o teor da pergunta, a Sra. Maria de Lourdes diz que a matéria da questão  
491 não é de abrangência do Igam, mas sim do IEF e orienta ao comitê a fazer o  
492 questionamento formal ao IEF e, posteriormente, apresentar a devolutiva para a  
493 Plenária. Sobre a fala do Secretário do Comitê, a conselheira diz que as ações  
494 devem sempre observar o Plano Diretor da Bacia e cita que, para a Peixe Vivo  
495 propor as ações do PPA observou as ações que estão no Plano Diretor da Bacia  
496 do Paraopeba. O Sr. Athadeu pontua que tudo que a Codevasf faz observa o  
497 plano dos comitês de bacia na sua área de atuação. O Sr. Vivaldo diz que  
498 entende que é importante visitar os planos dos comitês de bacia para não  
499 haver sobreposição e inserir na estratégia de execução da Codevasf. O Sr. Altino

500 pontua que é necessário fortalecer a comunicação entre o comitê e os parceiros  
501 para dar mais efetividades para as ações, pois o que é geralmente verificado é  
502 que são propostas ações nos planos de outros órgãos e o comitê não tem ciência  
503 delas. Por fim, o Sr. Heleno Maia diz que irá formalizar ao IEF a dúvida do Sr.  
504 Athadeu em relação a pesca nas lagoas marginais. **8. Tratamento de dados**  
505 **personais dos membros do CBH Rio Paraopeba.** A Sra. Sâmela Bittencourt,  
506 Analista da Agência Peixe Vivo, explica que o Jurídico da APV irá encaminhar  
507 aos conselheiros um termo que autoriza a APV a tratar os dados pessoais dos  
508 membros do CBH Paraopeba e que esse termo deverá ser assinado pelos  
509 membros atuais e pelos membros da nova gestão do Comitê. Por fim, Sâmela  
510 diz que caso os conselheiros tenham dúvida basta entrarem em contato com a  
511 agência. **Com a autorização do Plenário, ocorre a inserção do ponto de**  
512 **pauta “Apresentação, discussão e deliberação do sobre Relatório de**  
513 **Atividades 2024 e o Plano de Trabalho 2025, no âmbito do procomitês”.** a  
514 Sra. Natália de Vasconcelos Soares Aleixo, Vice-Presidente do CBH Paraopeba  
515 e ponto focal do comitê no PROCOMITÊS, apresenta a minuta da deliberação  
516 normativa contendo o Relatório de Atividades 2024 – Anexo I e o Plano de  
517 Trabalho 2025 – Anexo II. Durante a apresentação dos documentos, a Sra.  
518 Natália pergunta se a atividade prevista de Cadastro dos Conselheiros no  
519 Sistema Cinco é algo novo. A Estagiária da APV diz que, considerando que o  
520 Procomitês diz respeito a uma parceria do Igam com a ANA que o órgão é quem  
521 saberá responder. A conselheira Maria de Lourdes do Igam esclarece que o  
522 Sistema Cinco é um sistema próprio da ANA que as informações do Plano de  
523 Trabalho e Relatório de Atividades devem ser inseridas. O Presidente do  
524 Paraopeba pergunta o que é o PROCOMITÊS. A Conselheira do Igam esclarece  
525 que o PROCOMITÊS é um contrato com a ANA para o fortalecimento dos  
526 Comitês de Bacias Hidrográficas que foi assinado pelo Igam, em 2020, para 13  
527 comitês que a época não tinha perspectiva de instituição da cobrança, incluindo  
528 o SF3. A conselheira pontua, também, que o recurso de 500 mil reais é  
529 repassado pela ANA, após comprovação de cumprimento das metas do  
530 Procomitês, para o atendimento dos 13 comitês que daria cerca de 30 e poucos  
531 mil reais por ano, para cada comitê, e que, considerando os juros o CBH  
532 Paraopeba estaria com cerca de 170 mil a 180 mil reais. Além disso, a Sra. Maria  
533 de Lourdes diz que esse é o último ano de execução do Procomitês e que o Igam  
534 irá repassar o recurso não utilizado para a Agência Peixe Vivo. O presidente  
535 colocou a minuta para votação que foi provada por unanimidade. **10. Assuntos**  
536 **Gerais.** A Sra. Andréa de Oliveira pede a palavra para reforçar o convite que foi  
537 enviado a todos os conselheiros do CBH Paraopeba para participação na  
538 Audiência Pública do Projeto de Licenciamento de Ampliação da Pilha Estéril e  
539 abertura de uma Cava, no dia 26 de março, no município de Congonhas, e  
540 informa que dentro do processo há 05 (cinco) processos de Outorga  
541 formalizados no Igam, em julho do ano passado, provavelmente daqui a pouco  
542 serão enviados para o Comitê analisar e deliberar sobre eles. A conselheira  
543 esclarece que são 03 (três) projetos de dreno e 02 (dois) para contenção de  
544 sedimentos dessa pilha de estéril. Por fim, a Sra. Andréa de Oliveria diz que  
545 quem não puder ir presencialmente poderá assistir através do YouTube da CSN.  
546 A Sra. Luciana Silva, Estagiária da APV, reforça o pedido para os conselheiros  
547 responderem o formulário eletrônico de levantamento de dados dos conselheiros  
548 para a elaboração de um banco de dados dos conselheiros do CBH Paraopeba.  
549 **11. Encerramento.** Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o

550 presidente, declara encerrada a 66<sup>a</sup> (sexagésima sexta) Reunião Ordinária do  
551 CBH do Rio Paraopeba. A ata foi lavrada por mim, Luciana Figueiredo Silva, que  
552 após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião seguinte.

553 Betim, 19 de Março de 2025.

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566



**Guilherme da Silva Oliveira**  
**Secretário**



**Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**  
**Presidente**